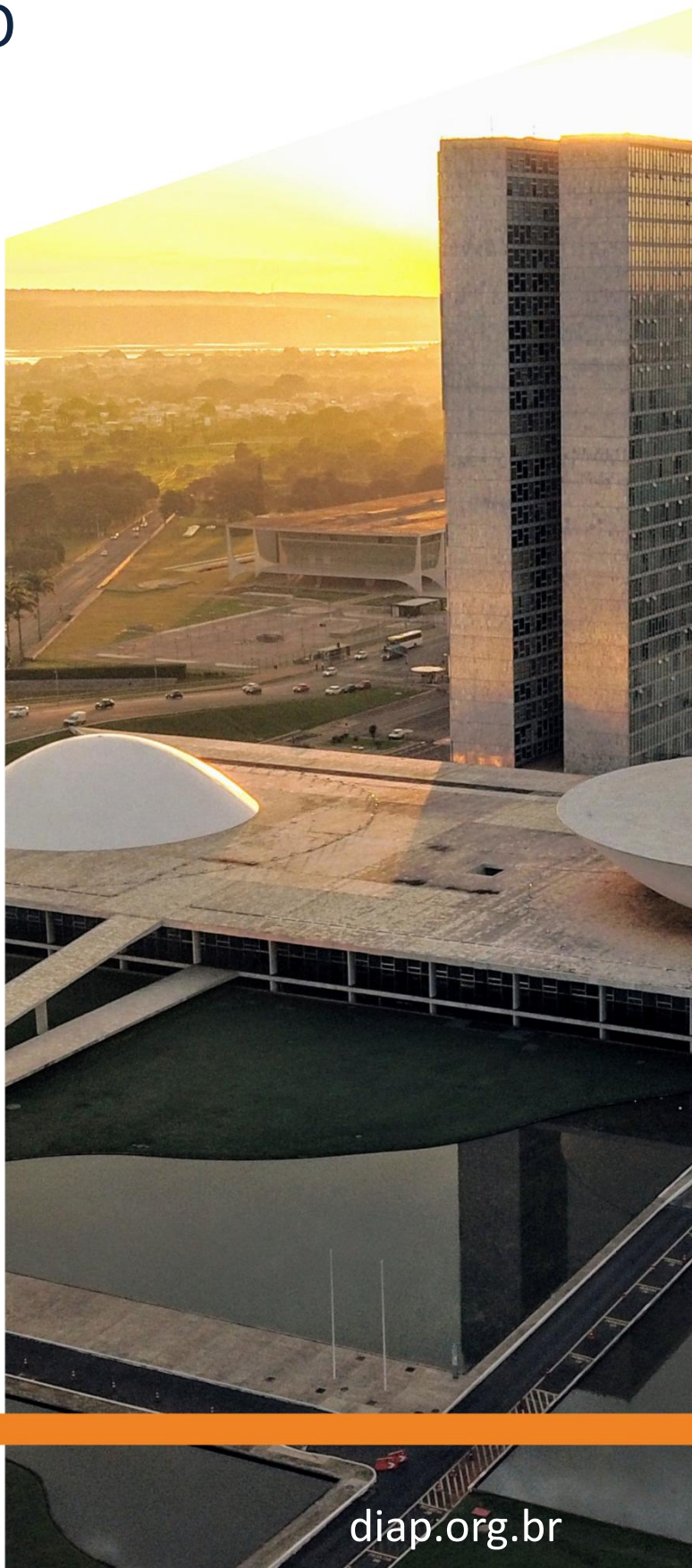


OUTUBRO 2025

PODER LEGISLATIVO

AGENDA DO CONGRESSO NACIONAL



diap.org.br

Câmara pode votar contribuição de plataformas para indústria cinematográfica

Pauta da Câmara conta ainda com vários requerimentos de urgência e comissão de Educação debate o substitutivo do novo PNE, e o Centro de Estudos e Debates Estratégicos debate a Pjotização no Brasil

O plenário da Câmara dos Deputados pode votar o PL 8889/17, sobre plataformas de vídeo sob demanda (VoD, na sigla em inglês) poderão ter de pagar a Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine).

A matéria é de autoria do deputado licenciado Paulo Teixeira (PT-SP) e de acordo com o relator, deputado Doutor Luizinho (PP-RJ) no texto poderá haver alíquotas diferenciadas para essas plataformas (4%) e para plataformas de compartilhamento de conteúdo audiovisual, como redes sociais mantidas por big techs (2%). Ele já adiantou que o tema da nova regulamentação do direito autoral não será tratado neste projeto e sim em outro separado por demandar maior discussão.

A pauta conta ainda com PL 8262/2017, que permite ao proprietário rural solicitar força policial para retirada de “invasores”, independentemente de ordem judicial.

Em pauta também o requerimento de urgência 202/25, que pede a apreciação em plenário do PL 2084/25, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União.

CEDE

Pejotização no Brasil: Desafios Jurídicos e Econômicos

Centro de Estudos e Debates Estratégicos da Câmara dos Deputados debate nesta terça-feira (28) a Pejotização no Brasil: Desafios Jurídicos e Econômicos para um Futuro do Trabalho Inclusivo e Sustentável.

O Seminário será realizado de forma híbrida com início às 9h no Plenário 1 da Câmara dos Deputados.

Sob o comando do deputado Márcio Jerry (PCdoB/MA), o evento tem como objetivo analisar os impactos da disseminação da pejotização, a fim de propor diretrizes e soluções para a regulação



EXPEDIENTE

Diretor Técnico

Ulisses Riedel de Resende

Diretor de Documentação

Neuriberg Dias do Rêgo

Diretor de Documentação Adjunto

André Luís dos Santos

Consultor Técnico

Antônio Augusto de Queiroz

Assessoria Parlamentar e Administração

Iva Cristina Pereira de Sant'Ana

Assistente Legislativa

Maria Cláudia Noronha Gonsalves

Consultor

Marcos Verlaine da Silva Pinto

Jornalista responsável

Wanúbia Lima | MTB 9585 - DF

Projeto Gráfico

Adroaldo Castro



TRABALHO POR APPS

Trabalho plataformizado

Comissão Especial Sobre Regulamentação dos Trabalhadores Por APP, que debate o PLP 152/25, realiza audiência pública para debater as “questões diversas relacionadas ao trabalho plataformizado”. A reunião será às 14h no plenário 7 do anexo II da Casa.

EDUCAÇÃO

Substitutivo do PNE

Entre os convidados estão; Rosilene Corrêa, da secretária de Finanças da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); representante do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes) e Sueli Adriano, secretária de Educação da Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público (CONFETAM).

Tecnologia de IA na educação básica

Nesta terça-feira (28), às 16h, ainda sem local definido, a comissão vai debater também em audiência pública a “Tecnologia de IA na educação básica brasileira”.

Estão convidados representantes do Ministério da Educação; da Confederação Nacional do Comércio; da Confederação Nacional da Indústria; da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil; do Conselho Nacional de Educação; da Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP); e Washington Bandeira, Secretário de Educação do Estado do Piauí.

CULTURA

IA e a proteção dos direitos culturais

A Comissão de Cultura s debate nesta terça-feira (28), no plenário 10 do anexo II Casa, às 10h, a regulação da inteligência artificial e proteção dos direitos culturais.



FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Redução de incentivos e benefícios federais

A Comissão de Finanças e Tributação se reúne nesta quarta-feira (29), às 10h no plenário 4 do anexo II da Casa e pode votar o PLP 182/2025, que dispõe sobre a redução linear de incentivos e benefícios federais de natureza tributária e estabelece a responsabilidade solidária de terceiros pelo recolhimento de tributos incidentes sobre a exploração de apostas de quota fixa.

De autoria do deputado José Guimarães (PT-CE), a matéria tem como relator o deputado Mauro Benevides (PDT-CE), mas ainda está pendente de parecer

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

Trabalho escravo

O colegiado se reúne nesta quarta-feira (29), no plenário 5 do anexo II, às 10h e pode deliberar sobre o PL 2799/2015, que dispõe sobre a proibição de empresas brasileiras ou sediadas em território nacional com objetivo importação de cacau e seus derivados, estabelecerem contratos com empresas que explorem trabalho degradante ou escravo em outros países.

De autoria do deputado Davidson Magalhães (PCdoB-BA), o projeto conta com parecer favorável do relator Rodrigo da Zaeli (PL-MT).



PREVIDÊNCIA, ASSISTÊNCIA SOCIAL, INFÂNCIA E FAMÍLIA**Reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros**

Nesta quarta-feira (28), no plenário 7 do anexo II da Casas às 14h, o colegiado pode votar o PL 4230/2021, do deputado Gurgel (PSL-RJ), que altera o Decreto-lei nº 667 de 1969, que reorganiza as Polícias Militares e os Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal para dispor sobre o recebimento de proventos na inatividade por policiais militares e bombeiros militares.

O relator, deputado Sargento Gonçalves (PL-RN), ofereceu parecer pela aprovação do PL 4230/2021, e pela aprovação parcial do Substitutivo adotado pela Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, com substitutivo.

Desconto em Folha

Poderá ser apreciado o PL 4692/2023 permite que beneficiários do auxílio por incapacidade temporária (auxílio-doença) tenham acesso ao empréstimo consignado, com o desconto sendo feito diretamente da folha de pagamento do benefício.

O projeto foi proposto pela deputada Marussa Boldrin e recebeu um parecer favorável da relatora, deputada Laura Carneiro

Facilitação da defesa jurídica no BPC

Poderá ser analisado O PL 252/2025 propõe a criação de um procedimento para facilitar a defesa jurídica dos beneficiários do BPC.

O projeto, de autoria do deputado Allan Garcês, recebeu parecer favorável para aprovação da relatora, deputada Clarissa Tércio.



Proteção dos membros do Conselho Tutelar

Pode ser votado o PL 749/2025, do deputado Roberto Duarte (REPUBLICANOS-AC), que altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tratar da proteção dos membros do Conselho Tutelar. A relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), apresentou parecer pela aprovação.

Plano de Previdência Complementar

Pode ser apreciado o PL 2752/2025, do deputado Luiz Carlos Hauly (PODE-PR), que acresce o § 6º ao art. 2º da Lei nº 11.053, de 29 de dezembro de 2004, que dispõe sobre a tributação dos planos de benefícios de caráter previdenciário e dá outras providências”, para permitir aos participantes e assistidos que aderiram antes de 2005 em plano de previdência complementar a opção pelo regime de tributação de alíquotas regressivas.

A relatora, deputada Laura Carneiro (PSD-RJ), ofereceu parecer pela aprovação.

DIREITOS HUMANOS, MINORIAS E IGUALDADE RACIAL

Demissões na Eletrobrás

Nesta terça-feira (28), a Comissão realiza, às 16h, no plenário 9 da Casa, audiência pública para debater os impactos sociais e jurídicos das demissões no sistema Eletrobras.

O debate busca ainda promover o diálogo entre entidades sindicais, órgãos governamentais e trabalhadores, visando possíveis medidas para mitigar os impactos das dispensas.

Entre os convidados estão Wellington Araujo Diniz (Coletivo Nacional dos Eletricitários – CNE), Josehirton Albuquerque (Intersindical Norte – Sindinorte), Mauro Martinelli (Federação dos Urbanitários do Centro-Norte), Nailor Gato (Coordenador Nacional da CNE) e Pedro Damásio (Presidente da Federação Nacional dos Urbanitários – FNU).

Também foram convidados representantes do Ministério do Trabalho, do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI), do Ministério de Minas e Energia e do Ministério Público do Trabalho.

LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA

Agentes Comunitários de Saúde e endemias

Nesta sexta-feira (31), a Comissão realiza audiência pública para discutir a situação dos agentes comunitários de saúde e de endemias. A reunião será realizada às 9 horas, na Câmara Municipal de Montes Claros.

O encontro busca abrir espaço de diálogo entre agentes de saúde, gestores municipais e parlamentares, com o intuito de fortalecer as ações de combate às endemias e valorizar o papel essencial desses profissionais na atenção básica à saúde.

Escala 6x1

A Subcomissão Especial da Escala de Trabalho 6 X 1, realiza, nesta quinta-feira (30), audiência pública na Assembleia Legislativa da Bahia às 14h, para debater alternativas para o fim da escala desta trabalho, junto aos secretários de Estado e sindicalistas

Foram convidados: Augusto Vasconcelos, secretário do Trabalho do Governo do Estado da Bahia/BA; Fausto Franco, secretário da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo, Trabalho e Renda de Lauro de Freitas/BA; Mila Paes, secretária de Desenvolvimento Econômico, Emprego e Renda da Prefeitura de Salvador/BA; Magno Lavigne, secretário de Qualificação, Emprego e Renda do Ministério do Trabalho e Emprego/TEM.

Também participam José Ramos, representante da NCST. Emerson, representante da Força Sindical e Leninha Valente, representante da CUT.



ASSUNTOS ECONÔMICOS**Remuneração de equipe multifuncional**

A CAE pode votar nesta terça-feira (28), no plenário 19 do anexo II da ala senador Alexandre Costa, o PL 1392/25, que altera a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, para assegurar a remuneração de equipes multiprofissionais que atendam educandos com transtorno do espectro autista e com doenças raras com recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação.

De autoria do senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) que conta com parecer pela aprovação da senadora Leila Barros (PDT-DF).

ASSUNTOS SOCIAIS**Piso da Enfermagem**

Comissão de Assuntos Sociais se reúne nesta quarta-feira (28), no anexo II da ala senador Alexandre Costa no plenário 9 às 9h e pode votar o requerimento 85, de autoria do senador Fabiano Contarato (PT-ES), que requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a importância da PEC 19/24 na Valorização dos Profissionais de Enfermagem e no Fortalecimento do Sistema de Saúde.

Representatividade no Conselho de Enfermagem

Ainda no colegiado, o senador Magno Malta (PL-ES) apresentou requerimento solicitando a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4413/2021, que “altera a Lei nº 5.905, de 12 de julho de 1973, para aumentar a representatividade dos Estados e do Distrito Federal no Conselho Federal de Enfermagem e nos Conselhos Regionais de Enfermagem”.



PREVIDÊNCIA

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou requerimento 95/25 para a realização de audiência pública, com o objetivo de debater "a importância do custeio da Previdência Pública".

Deficiência de Auditores Fiscais do Trabalho

Outro pedido de audiência é do senador Marcelo Castro (MDB-PI) o requerimento 102/25 requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a atual deficiência de Auditores Fiscais do Trabalho no Brasil e as consequências dessa carência para a proteção dos direitos trabalhistas, a fiscalização das condições de trabalho e o combate ao trabalho escravo e infantil.

